

Agência Lusa – 25/08/2009

Energias do Brasil pede ação empresarial em Copenhague

Brasília, 25 ago (Lusa) - O diretor executivo do Instituto EDP - Energias do Brasil defendeu nesta terça-feira maior participação do setor empresarial nas discussões sobre o processo negocial no âmbito da 15ª Conferência do Clima (COP-15), a ser realizada em dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

"Se o governo brasileiro ou qualquer país está a negociar um tratado em que pode haver metas de redução de emissão de carbono, haverá implicações no setor privado. Se tiver que haver metas, como será para nós? As empresas precisam de uma estabilidade regulatória, precisam conhecer as regras do jogo com antecedência", afirmou Pedro Sirgado à Agência Lusa.

Na sua avaliação, se as negociações internacionais no âmbito da COP-15 caminharem para que o Brasil tenha metas de redução de gases de efeito estufa, as empresas brasileiras têm condições de adaptarem-se às novas regras.

"Nós temos condições de nos adaptarmos, desde que saibamos com antecedência quais são as metas. As regras têm que ser transparentes, não podem mudar de um dia para o outro. Desta forma, as empresas adaptam-se, redirecionam os seus investimentos", esclareceu.

Sirgado falava à Lusa à margem do 5º Fórum **Instituto Acende Brasil** - Mudanças Climáticas e o Sector de Energia: Rumo a Copenhague, que ocorre em Brasília.

As conclusões deste encontro, em que participam representantes do governo, de organizações não governamentais, empresários e acadêmicos, serão levadas ao Ministério das Relações Exteriores, que representará o Brasil na COP-15.

O setor empresarial manifestará também a sua posição em uma carta a ser encaminhada em breve ao governo pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, disponibilizando o seu "know-how" técnico para ajudar no processo negocial.

Na 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, na Dinamarca, deverá ser assinado o acordo que estabelecerá novas diretrizes para conter o aquecimento global, substituindo o Protocolo de Quioto, a partir de 2013.

Os países desenvolvidos não querem mais assumir sozinhos o ônus dos compromissos de redução de emissões de gases de efeito de estufa e pressionam os países em desenvolvimento para adotarem metas.

Já os emergentes afirmam que a responsabilidade maior pelo problema é das nações ricas e que isto tem que ser considerado na hora de repartir o ônus.

"É preciso haver uma diferenciação entre os países. A posição brasileira é a de que vamos reduzir a tendência de crescimento das nossas emissões, com programas de combate à desflorestação mas não podemos adoptar metas de redução", destacou o coordenador geral das Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, José Domingos Miguez.

Atualmente, 54% das emissões de gases de efeito de estufa no Brasil são resultado da desflorestação.

O diretor do Instituto EDP diz compreender os argumentos do governo brasileiro.

"Reconhecemos que o Brasil precisa de crescer, não está numa maturidade econômica como a Europa. Mas começa a ser cada vez mais difícil argumentar que os países em desenvolvimento não precisam de ter metas. Todos temos que contribuir para a solução e é claro que a responsabilidade dos países ricos tem que ser maior", concluiu Pedro Sirgado.